



Maria de Lourdes combate associações: contribuinte não

## Associações ajudam a governar Brasília

Para manter os serviços públicos em dia, o brasiliense paga os impostos em dobro

RUBENS SANTOS

**BRASÍLIA** — Sem assembleia Legislativa e Câmara de Vereadores, os brasilienses se defendem como podem e muitas vezes pagam em dobro seus impostos para garantir os serviços essenciais como segurança e infraestrutura urbanística. Em seus 28 anos de existência Brasília viu surgir o "poder paralelo": são as miniprefeituras e as associações de bairro que praticamente assumem o papel do estado. Delas não escapou nem sequer o secretário de Segurança Pública, coronel João Manoel Simch Brochado.

Com baixa arrecadação de impostos (Cz\$ 2,2 bilhões ao mês em média), o que não garante a folha de pagamentos de 25 mil dos seus quase 80 mil funcionários públicos, a cidade sobrevive financeiramente graças aos repasses a fundo perdido do governo federal — seu hóspede e sua razão de existir. Os repasses atingem 60% das despesas e, na ausência de autonomias financeira e política — o primeiro governador será eleito em novembro de 1990 —, a opção para quem pretende ter calçamento e segurança é contribuir mensalmente para associações de moradores, o que chega às vezes até Cz\$ 10 mil mensais.

Hoje existem cadastradas 26 dessas associações somente no Plano Piloto — Centro de Brasília. A mais antiga delas está localizada a menos de dois quilômetros do Palácio do Planalto, funciona há dez anos e já atingiu a maturidade. Com recursos próprios, conserva os gramados, corrige buracos na pavimentação, reforma calçamentos e meios-fios. É a miniprefeitura da SQS 303, conhecida como "Trezen-3", que surgiu exatamente da falta de compromisso do governo com a comunidade", acusa Reinaldo Lima Martins, o terceiro prefeito eleito e já em segundo mandato.

Martins, preocupado com o crescimento desordenado da cidade, diz que a única alternativa para evitar "a explosão da enorme panela de pressão em que se transformou Brasília" está na mobilização da comunidade. "Se o governo está falido e os problemas não são resolvidos, tomamos a iniciativa de garantir a solução de nossas dificuldades, criando a miniprefeitura", diz.

### DOIS IMPOSTOS

Para garantir os serviços de manutenção, essenciais em uma superquadra com três mil habitantes distribuídos em 504 apartamentos de três e quatro quartos, Martins recebe mensalmente de cada morador da SQS 303 a quantia de Cz\$ 500,00. Os moradores, no entanto, não estão isentos do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano)

que na 303, uma quadra nobre, custa anualmente Cz\$ 7,5 mil. Não muito distante dali o secretário de Segurança Pública do DF paga além dos Cz\$ 32 mil de IPTU outros Cz\$ 10 mil para manter um rodízio de três guardas de segurança em sua quadra, a QL 22 no Lago Sul.

Quanto custa Brasília é uma pergunta difícil para o governo. Com 1.742.922 habitantes, a cidade projetada por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa para ter 500 mil moradores no ano 2.000 superou todas as expectativas e tem problemas semelhantes aos de algumas capitais do Nordeste do País.

"A cidade foi cassada de seus direitos, pegou a fase da ditadura em sua plenitude e sofreu, em consequência, todos os reflexos possíveis. O engajamento da comunidade em associações de bairro é importante do ponto de vista pessoal, mas um absurdo quando obriga o contribuinte a suprir as obrigações do estado", critica a deputada Maria de Lourdes Abadia (PSDB-DF) que durante 14 anos administrou a cidade satélite de Ceilândia, hoje, com 600 mil habitantes. Abadia, na fase da ditadura, incetivava a criação de associações de bairro. Em Ceilândia, na época, não existia água, luz nem esgotos, e a cidade surgiu da transferência de várias favelas do Distrito Federal.

### MEIA SOLA

Para atender os anseios da população, surgiu a "Política da meia sola", termo defendido por Augusto Carvalho, deputado do PCB-DF, para quem a cidade continua dividida e dissociada. A existência das associações de bairro é prova de que o projeto político fracassou: "O surgimento dessas associações é testemunha de que a cidade não quer ficar sob o facão, sem voz e voto", diz um dos responsáveis pelos mais de 300 mil votos dados pelos 700 mil eleitores aos setores de centro-esquerda e esquerda na eleição de novembro.

O surgimento de miniprefeituras também levou o Palácio do Buriti, sede do governo local, a destinar espaço em seu prédio para ampla assessoria de apoio às associações de moradores do Plano Piloto. Os requisitos são simples para a formação de uma delas: a população da superquadra se reúne e faz um estatuto, elege seu presidente que será chamado de "prefeito, publica o ato no Diário Oficial e registra o estatuto em cartório. Atualmente existem 26 registradas e outras seis à espera de aprovação.

Mas brigar por condições melhores de vida não é privilégio das classes médias do Plano Piloto nem dos favelados do Paranoá. No Lago Norte, com sua paisagem bucólica e com renda acima da média alta está a mais nova miniprefeitura, dirigida por Sylvania Seabra, que mandou limpar os terrenos baldios e a avenida central, diminuindo os acidentes de trânsito. Sylvania em dois meses de gestão, fez mais pelo bairro do que o governo local em alguns anos.